

PÁTRIA EDUCADORA

Abrangência da proposta apresentada pela Presidenta Dilma Rousseff no discurso de posse... e algumas ideias a mais

Não trago ideias definitivas. Definitivo, só o sonho de um outro mundo possível. Este jamais poderá ser abandonado. Assim como não pode ser abandonada a esperança. Nós, que já demos muitos passos em busca daquilo em que acreditamos, somos, talvez, muito mais assediados, insistentemente, pelo "pessimismo da inteligência" a abandonar a caminhada, mas sabemos que é imperativo o "otimismo da vontade" e, por isso, aqui estamos, novamente, acreditando no sonho.

Tenho a impressão de que, mais do que nunca, diante da conjuntura que vivemos, aqueles quem tem muitas certezas nos levam a correr riscos maiores. É tempo de reflexão e de humildade. Sequer conseguimos nomear o momento presente, portanto, não cabe a arrogância. Precisamos de persistência para a difícil tarefa que o momento presente nos impõe: dar respostas aos desafios desse cenário tão conturbado.

É com este sentimento, aberto para o diálogo, que vejo o projeto de uma "Pátria Educadora" como uma grande oportunidade para nós que militamos na área da educação, uma nova oportunidade de formação político-cidadã. O que me proponho a fazer é contribuir com algumas reflexões provisórias, preliminares, para uma construção coletiva.

Tudo começou com a fala da Presidenta Dilma Rousseff na sua posse, dia 1 de janeiro de 2015. Aí estão os fundamentos do projeto "Brasil, Pátria Educadora", a marca deste seu segundo mandato. Concordo com a sua propositura, lançando, de um lado, um desafio para o Ministério da Educação, pela melhoria da qualidade da educação, e, de outro, para todo o seu governo e para a sociedade, por uma educação cidadã como base da nacionalidade.

A resposta do MEC é ainda tímida, mas tem uma orientação clara: a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE), "articulado" pelo Plano Nacional de Educação (PNE). E a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), saindo na frente, aproveitou o convite público do MEC para apresentar a sua visão, o seu entendimento e a sua concepção de Pátria Educadora, lançando dois documentos "preliminares" sobre o tema, mesmo que desalinhados com a política do MEC. Para o governo assumir uma linha comum, essas posições precisam dialogar.

A Presidenta Dilma não se refere apenas à melhoria da qualidade da educação existente. Ela aponta para uma outra educação, mais ampla, para à qual todas as ações do governo deveriam convergir. E isso não cabe especificamente ao MEC. É de iniciativa maior, seja da sociedade, seja do governo, em suas diferentes esferas e poderes.

1. O desafio

Entendo que o **duplo desafio** lançado pela Presidenta Dilma com o mote "Brasil, Pátria Educadora" nos oferece a chance ímpar não só para dar um salto de qualidade na nossa educação, mas também de criar uma atmosfera mais respirável, dialógica, como antídoto à intolerância, à irracionalidade e à agressividade que vivemos hoje.

O desafio aumenta se considerarmos ainda que tudo o que é oficial, governamental, dos "políticos" - colocados em causa pelos movimentos sociais, principalmente a partir de junho de 2013 - tem sido mostrado e evidenciado à exaustão pela mídia conservadora como algo contra o povo, construindo e alimentando desconfiança, e fazendo com que a população enxergue o que o governo faz como apenas propaganda e marketing.

Por isso, precisamos tratar o tema com muito cuidado e humildade, exercitando nossa

capacidade de escuta, diálogo e atenção. Estamos mexendo com consciência, atitudes e valores e não apenas com conhecimentos e tecnologias. E não se trata apenas de uma questão de investimentos e nem de planejamento estratégico. Estamos diante de um tema eminentemente político e ideológico. Como dizia Antonio Gramsci, a ideologia é uma espécie de cimento que une as pessoas e que também as divide.

Daí a importância de nos centrar no que nos une, buscando o diálogo que tem por pressuposto a reciprocidade e a igualdade de condições. No diálogo, buscamos nos unir em torno de valores comuns. Precisamos atacar o que impede o diálogo por meio de ações concertadas. Não se trata de vencer, mas de convencer, de envolver, de conviver e não de competir.

“Brasil, Pátria Educadora” foi lançado como um mote, como um símbolo, como uma mensagem, apontando para um **projeto de nação**, sem o qual perde seu significado. É assim que a entenderiam nossos grandes referenciais, educadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Álvaro Vieira Pinto, Milton Santos, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Esse é o sentido que a Presidenta Dilma Rousseff apresentou em seu pronunciamento (“brado”) de posse dia 1 de janeiro de 2015, como “esforço de todas as áreas do governo” e não deste ou daquele Ministério: “ao bradarmos “BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA” estamos dizendo que a educação será a **prioridade das prioridades**, mas também que devemos buscar, **em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano**”.

O sucesso de uma mobilização como o da Pátria Educadora deve ser medido pela sua capacidade de unir o país em torno de um sonho, de um projeto democrático de sociedade. O governo federal tem enorme capacidade de mobilização popular que ainda não utilizou plenamente. É preciso criar condições de os/as jovens voltarem a sonhar e de acreditar na possibilidade de os sonhos se realizarem. E é fundamental construir com eles/elas outras referências para além da que a mídia golpista e conservadora vem incansável e diuturnamente oferecendo à juventude, além do terrível golpe que o congresso conservador desferiu contra eles. A redução da maioria penal está à captura deles. Precisamos tirá-los da mira da desesperança e do confinamento. Sem eles/as, o futuro da Pátria Educadora está interditado.

Não há Pátria Educadora sem um projeto de sociedade que radicalize a democracia. Este era o sonho também dos pioneiros da Educação Nova da década de 30 e do movimento de Educação Popular dos anos 60. A Pátria Educadora precisa reafirmar e aprofundar a democracia. O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* é um documento fundador da educação pública nacional. Os pioneiros, acreditando no poder da ciência e da educação, queriam uma política educacional capaz de criar uma identidade nacional a partir da educação. Seu lema era “a reconstrução nacional pela reconstrução educacional”.

No momento, o grande desafio não está em pensar uma proposta acabada de Pátria Educadora, mas de como envolver e entusiasmar, sobretudo os jovens, em torno dessa convocatória. E não será por meio de marketing, mas por meio do convencimento, do diálogo e da construção coletiva.

Assim que tivermos mais clareza do desafio, poderemos estabelecer o que por em marcha – meios e iniciativas - para superá-lo. Seria um equívoco já estabelecer meios e iniciativas definitivas sem antes saber aonde queremos chegar. Como dizia Sêneca: “bons ventos não favorecem o navegador que não sabe para onde vai”. Não basta remar para a frente se não se sabe o que se quer alcançar, e com quem se quer compartilhar o barco. O importante não é sair na frente para chegar primeiro. O importante é chegar juntos.

2. O ponto de partida

Antes da expressão “Pátria Educadora” está a palavra “Brasil”, como país, povo e nação. O **país** entendido como o território de um povo ou nação que vive numa sociedade organizada politicamente, a **nação**, entendida como uma comunidade política autônoma cujos membros respeitam instituições compartilhadas (leis, constituição, governo) e um **povo**, que se caracteriza por um conjunto de pessoas ligadas por laços culturais e que têm história e tradições comuns. A **pátria** seria, então, o país ao qual se pertence como cidadão, a nação em relação à qual se desenvolve sentimento de pertencimento e ligação afetiva.

Nenhuma dessas características remete ao grau de instrução. Remete muito mais à identidade, à organização política, ao sentimento, do que a conhecimentos.

“Brasil, Pátria Educadora” não é só um mote, um slogan. É uma expressão que contém uma concepção de estado, de povo, de pátria, cuja característica principal é ser educadora. E como estamos buscando cada vez mais justiça social, à dimensão educadora precisamos incluir a perspectiva emancipatória. É uma expressão que remete a um projeto nacional, não só educacional, científico e tecnológico, mas a um projeto de nação, de sociedade, remete a um projeto de desenvolvimento autônomo (interdependente e não dependente e muito menos subordinado), que radicalize a democracia, que faça as reformas estruturais e populares necessárias (agrária, urbana, educacional ...), enfim, que trilhe o caminho da justiça social e da sustentabilidade.

A expressão “Brasil, Pátria Educadora” sustenta o caráter dessa Pátria que se realiza por meio da educação, isto é, na formação social, política e cultural de seus cidadãos. Educação vem do latim, “*educere*”, que significa “conduzir para fora”, formar, desabrochar todas as potencialidades humanas. Falar de Pátria Educadora, nesse sentido abrangente, significa, falar de um país, uma nação, com um povo formado, educado, dirigente, soberano.

Por isso, o ponto de partida não pode ser o mercado mas a **cidadania**. O foco não deve ser só o ensino. Deve ser a educação em seu sentido amplo, formal e não-formal. Não se trata só de português e matemática. Numa perspectiva emancipatória, trata-se de formar para a solidariedade, a tolerância, o respeito, para a participação social, para certos valores que assegurem a construção de um mundo justo, produtivo e sustentável, uno e diverso.

O documento fundador do Brasil como Pátria Educadora é a Constituição de 1988 e, particularmente, o parágrafo único do Artigo Primeiro quando afirma: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, consagrando uma nova ordem jurídica e política no país com base em dois pilares: a democracia representativa (indireta) e a democracia participativa (direta), entendendo a **participação social e popular** como princípio inerente à democracia. Como disse a Presidenta Dilma Rousseff no discurso de posse em 1º de janeiro de 2011, “... é importante lembrar que o destino de um país não se resume à ação de seu governo. Ele é o resultado do trabalho e da ação transformadora de todos os brasileiros e brasileiras. O Brasil do futuro será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ele hoje. Do tamanho da participação de todos e de cada um: dos movimentos sociais, dos que labutam no campo, dos profissionais liberais, dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores, dos intelectuais, dos servidores públicos, dos empresários, das mulheres, dos negros, dos índios, dos jovens, de todos aqueles que lutam para superar distintas formas de discriminação”.

Para a Constituição Cidadã de 1988, o que caracteriza uma Pátria Educadora é o **Povo Soberano**. A Educação Formal é parte desta expressão, mas não tem suficiente abrangência para abarcar todo o seu significado. Povo Soberano não significa que seja só o povo que tem pós-graduação, mas que tenha consciência política e capacidade plena de exercício de seus direitos.

Pátria Educadora é aquela que promove e desenvolve o protagonismo de todos os seus cidadãos e cidadãs, que a todos e todas oferece as mesmas oportunidades de formação e de desenvolvimento pessoal e social. Pátria Educadora é aquela que persegue a utopia das nações justas, produtivas, democráticas e sustentáveis; é aquela que consegue romper com o controle político das elites, estabelece novas formas de governar, cria novas relações sociais e humanas e estimula a reapropriação da pátria por seus cidadãos. Pátria Educadora é Pátria Emancipada.

3. Os rumos apontados pela Presidenta Dilma

Estão surgindo várias propostas de entendimento do que a presidenta Dilma chamou de “Pátria Educadora”. Alguns confundem a Pátria Educadora com as metas do PNE, o que me parece reduzir sua abrangência. As metas do PNE precisam ser cumpridas (é lei) mesmo que a Presidenta Dilma Rousseff não tivesse proposto a educação como foco de seu segundo mandato. É obrigação do governo assumir o que lhe cabe executar do PNE. Mas a sua proposta de Pátria Educadora vai além desta obrigação. É algo muito mais amplo.

Isso não desvaloriza a importância da luta pelo cumprimento das metas do PNE. Ao contrário fortalece-as no contexto da luta histórica pela melhoria da qualidade da educação.

Todas as propostas até aqui apresentadas têm em comum o foco na educação formal. Esta é uma dimensão importante do lema presidencial. Entretanto, gostaria de sustentar que essa dimensão não exclui a outra: a da educação não-formal. A educação não se reduz à aquisição de conhecimentos. Ela é essencialmente uma **prática social** presente em diferentes espaços, como ONGs e movimentos sociais, sindicais, populares, e não apenas na escola.

O povo só será soberano se tiver educação de qualidade. Com os presidentes Lula e Dilma já foram criadas as condições para se chegar a ela: os recursos oriundos dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal, a aprovação do PNE e 10% do PIB para a educação. Mas não bastam os recursos, para uma educação de qualidade “socialmente referenciada”, como defende a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), ela precisa ser emancipadora. Por si só, nem a educação formal e nem a educação não-formal são emancipadoras.

Enquanto a **educação formal**, representada principalmente pelas escolas e universidades, é executada pelo sistema formal de ensino, a **educação não-formal**, mesmo sendo, muitas vezes, como a educação formal, uma atividade educacional organizada e sistemática, ela é executada fora do quadro do sistema formal, englobando, no conceito, a educação social, popular e comunitária, a educação em saúde, a educação para e pela cidadania e em direitos humanos, a educação ambiental, a educação no campo, indígena, quilombola, a educação rural, a educação em valores, a educação para a paz, a educação para o trabalho, a educação política, a educação hospitalar, a educação alimentar e outras educações. A educação escolar não é toda a educação.

Trata-se de um conceito amplo, muito associado ao conceito de **cultura** e que tem contribuído para a renovação da educação formal na direção da educação emancipadora. Ele está ligado fortemente à **aprendizagem política** dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos. A educação não-formal designa um processo de formação para a **cidadania**, de capacitação para o **trabalho**, de **organização comunitária** e, igualmente, de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso, ela também é muitas vezes associada à educação popular e à educação comunitária. A educação não-formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como “**educação ao longo de toda a vida**” (conceito difundido pela Unesco), englobando toda sorte de aprendizagens para a vida, para a arte de bem viver e conviver.

O rumo a seguir da Pátria Educadora foi apontado pela própria Presidenta: a) o da educação como “prioridade das prioridades” e b) o “sentido formativo da prática cidadã” em todas as ações do governo. Não importa se estamos embarcando na educação formal ou não-formal pois o ponto de chegada é o mesmo. Na verdade, trata-se de um mesmo rumo, com um duplo desafio, duas vias complementares e diretamente associadas conduzindo ao mesmo fim.

3.1. O rumo da “prioridade das prioridades”

Quanto à **educação formal** a sociedade já indicou o caminho a seguir com o Plano Nacional de Educação e está atenta, acompanhando e monitorando a execução de suas metas.

Como podemos avançar para trilhar esse caminho?

Há os que desejam começar pela reorientação curricular e outros pela gestão escolar. São temas importantes, mas, sem prejuízo de outros, gostaria de apontar **dois grandes desafios** da educação nacional que precisam ser enfrentados, entendendo a Pátria Educadora como projeto de nação:

a) o aprofundamento da **lógica colaborativa** na direção de um Sistema Nacional Articulado (Único) de Educação. Pátria educadora tem que comunicar, mobilizar, agregar e não dividir. Hoje, o pior da educação brasileira está na sua fragmentação. O regime federativo é o maior empecilho à qualidade da nossa educação. Sem a cooperação federativa, as metas do PNE ficarão comprometidas.

A Constituição de 1988, que instituiu princípio do regime de colaboração (Artigo 211), favoreceu muito mais a autonomia dos entes federados do que a construção de uma identidade nacional. Por isso, os instrumentos criados, posteriormente, dentro de uma lógica de cooperação e articulação federativa como o FUNDEF e o FUNDEB, exigiram Emenda à Constituição e alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Hoje existem

dispositivos específicos do PNE (Lei 13.005/2014) que favorecem a criação de um **Sistema Nacional de Educação** fundado no conceito constitucional do regime de colaboração e elaboração dos referenciais nacionais da qualidade da educação, estabelecendo o que é comum e o que é diversificado na proposta curricular. Sobre a *Base Nacional Comum Curricular* (BNC), o processo de elaboração e de discussão com a sociedade está em curso. (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#conteudo-principal>).

b) o resgate, pelo Estado, da **hegemonia do projeto educacional**, pois, hoje, ela está entregue aos “sistemas” educacionais de empresas e fundações privadas que se constituíram em cursos preparatórios para os alunos serem “treinados” para enfrentar as provas do IDEB sem nenhuma preocupação com os valores da cidadania e da democracia. Precisamos desmercantilizar a educação.

A revolução educacional de que nos falava Florestan Fernandes não partia do diagnóstico equivocado de que tudo deve mudar porque tudo está errado, como se nada tivesse sido feito. Partia do patamar das conquistas de hoje para alcançar um novo patamar. Não podemos classificar a educação brasileira como “calamitosa”, um “desastre”. O que temos hoje, é, na verdade, o que nossas elites sempre quiseram. Ela só é boa para poucos. Não quiseram outra educação. Precisamos de uma alternativa à educação que as elites construíram.

Precisamos continuar nesse caminho, retomando o que prescreve o Artigo 206 da Constituição Federal quando estabelece os “princípios do ensino”, incluindo, entre eles, no Inciso VI, a “gestão democrática do ensino público”. A qualidade da educação deve levar em conta esse princípio constitucional, fortalecendo espaços de negociação, de participação e de controle social. A **gestão democrática** é o instrumento pelo qual a escola forma para a cidadania ativa. Por meio da participação, os jovens aprendem os valores da solidariedade, do companheirismo, da vivência tensa da democracia. Nossa escola tem valorizado mais a competitividade individual do que a solidariedade e a justiça social.

Diretores não podem ser substituídos por gerentes treinados na lógica da eficiência empresarial. A gestão escolar, diferentemente da gestão empresarial, tem uma função pedagógica e não apenas gerencial. Experiências de gestão democrática e compartilhada têm dado bons resultados na melhoria da qualidade do ensino.

A gestão democrática não contribui apenas com a formação cidadã. Ela contribui na qualidade da aprendizagem, na medida em que é um sujeito que aprende e, quanto mais ele assumir a iniciativa, a autoria da sua aprendizagem, maior será a chance de ele aprender. A gestão democrática incide positivamente na aprendizagem. Pode-se dizer que a participação e a autonomia compõem a própria natureza do ato pedagógico. A participação é um pressuposto da própria aprendizagem.

E não se trata de focar apenas nos mais aptos, mas ter uma visão sistêmica, holística, envolvendo a todos e todas na experimentação pedagógica e na inovação tecnológica. Não se trata de premiar uns poucos e castigar muitos (premiação de escolas e bonificação de professores). Isso nunca deu certo como método pedagógico.

3.2. O rumo do “sentido formador da prática cidadã”

E fica em aberto o que fazer com o imenso campo da **educação não-formal**, o campo da formação política cidadã e da educação popular. Como concepção geral de educação, a **educação popular** não se restringe ao campo da educação não-formal e não deve ser confundida como a educação das populações mais empobrecidas e nem com educação não-formal. Como concepção de educação, a educação popular é uma das mais belas contribuições da América Latina ao pensamento pedagógico universal e, nas últimas décadas, ela está sendo entendida como uma concepção de educação que deve ser estendida ao conjunto dos sistemas educacionais. Aqui, especificamente, buscamos entender a educação popular como educação não-formal, como está no *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. A expressão “educação não-formal” no campo dos Direitos Humanos tem sua origem na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993. A declaração desta Conferência sustenta que a educação em Direitos Humanos deve dar-se tanto na “educação formal” quanto na “educação não-formal ou popular”. Prevaleceu a expressão “educação não-formal” pois, em

alguns países, a expressão “educação popular” era controversa.

A meta 7 do *Plano Nacional de Educação*, que trata da qualidade da educação básica é explícita na defesa da educação não-formal, indicando como estratégias (de número 28 e 29), a articulação da “educação formal com experiências de educação popular e cidadã” e com programas de educação de outras áreas, “como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.”

Em 2003, Lula criou a Rede de Educação Cidadã (RECID), ligada ao Programa Fome Zero. Talvez pela sua estrutura híbrida (governamental e não-governamental), não teve a extensão que poderia ter tido, mas vem fazendo um excelente trabalho de **formação política** e produzindo importantes propostas de políticas públicas de educação popular como o *Marco de Referência da Educação Popular para Políticas Públicas* e sua concepção de *Educação Popular em Direitos Humanos*.

O que se queria com a RECID, por meio de processos sistemáticos de sensibilização e mobilização social, era formar para a cidadania, mostrando que a fome não era uma fatalidade ou uma decorrência da falta de alimentos, mas fruto de um do modelo socioeconômico concentrador.

Essa tarefa política foi bem sucedida com outra iniciativa, a implementação de **políticas de participação social** que incluem conferências nacionais, conselhos, ouvidorias etc. Com essas políticas, a população se sente valorizada, ouvida, prestigiada. Precisamos aprofundar a *Política Nacional de Participação Social* como tarefa político-pedagógica e educacional, agora no contexto da Pátria Educadora. Reformatá-la realçando seu caráter formativo. É preciso também dar visibilidade sobre o impacto dessa participação na definição da política pública de forma a desconstruir a ideia de que o governo não incorpora as decisões da população.

Precisamos discutir política nas escolas, nas ruas, na família, na sociedade. Precisamos valorizar a política porque é o espaço onde pensamos a pólis, a convivência, a ética, o sonho de uma sociedade de iguais. Uma sociedade que despreza a política, despreza a condição humana. A sociedade precisa da política e precisa intervir politicamente superando o senso comum criado pelo monopólio midiático.

A política é o espaço do diálogo, do conflito, da negociação, da disputa de projeto de sociedade. Política supõe mobilização, comunicação, articulação. A política se faz na base. Não basta formar intelectuais e militantes. É preciso formar cidadãos.

Hoje a Pátria Educadora sonhada está também na **Política Nacional de Participação Social** e nos **Direitos Humanos**. A disputa central da democracia brasileira hoje está se dando no campo da participação social. Se a Pátria Educadora estiver disputando um projeto de sociedade é aí que deve incidir. Está também em todas as iniciativas que foram tomadas pelo governo no campo da **educação inclusiva**, voltada à valorização das diferenças e da diversidade.

Mede-se a qualidade de uma sociedade e de sua educação pela capacidade que esta sociedade tem de construir o seu futuro, de formar o povo soberano. Não se trata mais de formar uma elite pedagógica, mas de formar o povo soberano. O povo não pode estar excluído dessa decisão. O povo brasileiro e a sua pátria formam um único corpo. O debate é político e não só técnico-pedagógico.

Paulo Freire afirma em seu livro *Política e educação* que a cidade é educadora-educanda. A cidade educa porque o povo educa educando-se. No final das contas, é o povo que educa. O povo educa quando ele se torna protagonista, quando passa de “subalterno”, como dizia Antonio Gramsci, de governado, a governante. Entretanto, para educar, o povo precisa ser educado, isto é, o povo também precisa ser formado para assumir a tarefa de educador. A maneira como o povo educa, como exerce a sua soberania, depende de como ele enxerga o lugar onde vive, isto é, seu país, de como ele se apropria do seu território e de quais são seus sonhos. Enquanto educadora, a Pátria é também educanda.

4. Propostas preliminares em debate

A divergência é sempre boa, o contraditório é necessário. Aprendemos no debate, no diálogo, com os diferentes. Mas, para se construir uma política pública, é preciso convencimento, construção de consensos, para além da disputa de posições.

Leio **dois documentos** que estão em rota de colisão: *Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o país* (MEC, Junho de 2015) e *Pátria Educadora: eixo 1 – Federalismo cooperativo: instituição do Sistema Nacional de Educação e regulamentação dos artigos 23 e 211 da Constituição* (SAE, julho de 2015), que se apresenta como uma “proposta concreta de arranjo para a cooperação federativa no Brasil”, atendendo ao pedido de debate do MEC.

1. A cooperação federativa é o primeiro de **quatro eixos da proposta da SAE**. O segundo é a maneira de aprender e de ensinar. O terceiro é a qualificação dos professores e diretores em centros de qualificação avançados. O quarto eixo é o aproveitamento de tecnologias contemporâneas.

O primeiro documento da SAE, *Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional*, lançado em abril, divide-se em duas partes: a tarefa (esboça o ideário do projeto) e as iniciativas (elencam conjunto de ações que, executadas em ordem sucessiva, começariam a dar realidade ao ideário). Para essa qualificação, propõe a “cooperação federativa” e a “reorientação do currículo”, substituindo o “enciclopedismo informativo” pela “raciocínio analítico”: “ensino analítico e capacitador só pode ser ensino cooperativo, organizado em forma de equipes e redes, de alunos e de professores” (p. 14), pela disciplina e cooperação.

Não acreditando que a educação que temos possa ser melhorada, baseado no “experimentalismo pedagógico”, propõe, para “sacudir a mediocridade”, criar “programas especiais dentro das escolas comuns” para os “alunos com maior potencial” e uma nova rede federal de “escolas médias de referência, chamadas Escolas Anísio Teixeira” para as quais os “alunos concorrerão para serem admitidos”. Na falta de uma “vanguarda pedagógica”, para “intervir na formação dos Diretores”, segundo a SAE, a união deve estabelecer uma rede de “Centros de Formação de Diretores” seguida de “Centros de Qualificação Avançada”. Os professores devem submeter-se a uma “Prova Nacional Docente” para acederem a uma “carreira nacional de professor”.

Para implementar o “federalismo cooperativo”, propõe a “constituição de entidade, dentro do governo federal para coordenar as ações de cooperação” (hoje tarefa da SASE/MEC). Para substituir a atual “uniformidade desorganizada por diversidade organizada do sistema nacional de educação” propõe um “paradigma curricular e pedagógico” por meio de uma “Base Nacional Comum” (uma determinação do PNE), cujo eixo deveria ser uma “Sequência Padrão de Capacitações” com foco na “análise verbal” e no “raciocínio lógico e matemático”, formando para a disciplina e a cooperação.

Deduz-se que a democratização do ensino teria produzido a “mediocridade”, não separando os “mais aptos”. Para criar uma “vanguarda” será preciso criar escolas especiais, para “assegurar espaço aos talentos”, escolas mais exigentes do que as “escolas comuns”: criar uma “vanguarda de práticas que depois se generalizam”. A SAE propõe a criação de um “sistema de incentivos a escolas e a seus diretores” por meio de premiação (“escolas podem ser premiadas por alcançar metas de desempenho”), inclusive “prêmio salarial”.

O problema central desta proposta de Pátria Educadora é a sua concepção, o seu “ponto de partida”: a “lógica da eficiência empresarial” (preocupação com a “baixa produtividade do trabalho”), a meritocracia empresarial e não cidadania ativa. Teríamos, assim, de um lado, escolas de excelência e, de outro, escolas sem excelência (hierarquização das escolas). A experimentação pedagógica só existiria nas primeiras - as “Escolas Anísio Teixeira”, “espaço privilegiado para o experimentalismo pedagógico” - que se constituiriam na “vanguarda pedagógica”.

Os países que deram um salto na qualidade da educação, como a Finlândia, a Coreia do Sul, não criaram primeiro “centros de excelência” para que dessem o exemplo para outras escolas. Esses países elevaram a qualidade do sistema como um todo, sem meritocracia excludente. O Brasil sempre teve escolas de referência como o Colégio Pedro II e já deveríamos ter aprendido a lição de que isso não melhora a qualidade da educação como um todo. Qualidade para poucos não é qualidade. É privilégio. Escolas de referência não podem ser copiadas. Só aprofundarão nosso elitismo gerando mais privilégios.

Nesse documento, atribui-se excessiva responsabilidade ao professor e ao diretor no rendimento do aluno, não levando em conta fatores extrínsecos à escola, como a renda e as

condições de moradia, que influenciam o desempenho escolar. A formação dos professores, a infraestrutura pedagógica da escola e a gestão escolar não são os únicos fatores determinantes desse desempenho.

Estamos de acordo quanto à implantação do federalismo cooperativo na educação (já proposto pela CONAE) e quanto ao desenvolvimento da capacidade analítica de alunos e professores. Como Paulo Freire, o documento da SAE fala da necessidade de “mudar a maneira de aprender”, mas não com os mesmos pressupostos. A reorientação curricular já está em discussão no MEC (Diretrizes Curriculares Nacionais).

Estamos vivendo um período de internacionalização das políticas públicas que se alinham em torno das reformas empresariais da educação propostas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, essa internacionalização se traduz por uma crescente mercantilização da educação. O que se propõe numa concepção mercantil da educação é que os jovens sejam educados para se tornarem eficientes fatores de produção e não se tornarem cidadãos politicamente ativos na defesa da justiça social e dos direitos humanos. Assim fazendo, essa educação faz com que esses jovens não consigam ver outra perspectiva de vida a não ser a que o mercado oferece. E isso não se refere apenas às escolas privadas. Um número crescente de Secretarias de Educação contrata sistemas de empresas e fundações privadas para melhorarem o seu IDEB utilizando-se de apostilas, cartilhas e desprezando o projeto político-pedagógico das escolas públicas.

Essa tendência na educação brasileira acentuou-se a partir de 2006 com a criação do Movimento Todos pela Educação, homenageado pelo MEC no ano seguinte com o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/07), que tem uma concepção “gerencial” da educação. O Movimento Todos Pela Educação, apoiado por empresas nacionais e internacionais, defende a qualidade empresarial, a qual se fundamenta em princípios de eficiência, eficácia e produtividade do ensino que deve ser mensurada através de exames e provas padronizadas.

2. O documento lançado pelo MEC, *Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o país*, (único, por enquanto, e não fala explicitamente do projeto Pátria Educadora), é mais técnico-legal e articula o que existe numa “descentralização qualificada” dos sistemas, levando em conta conquistas recentes no campo da educação, como a gestão democrática. Entende que “apenas uma lei não seria suficiente para tal. A proposta é que a instituição do Sistema Nacional se dê por um conjunto articulado de **quatro dimensões**, levando a uma nova forma de organização da educação nacional: alterações na LDB; regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal - ou a Lei de Responsabilidade Educacional; adequação das regras de financiamento; adequação dos sistemas de ensino às novas regras nacionais”.

Para o MEC, o **regime de colaboração**, como um princípio, já está fixado na Constituição (Artigo 211), enquanto a SAE pretende fixar em lei esse regime. O MEC defende a tese de que “alguns dispositivos e algumas estratégias de lei atualmente em vigor podem ajudar a formatá-lo”, referindo-se ao Sistema Nacional de Educação. A regulamentação do Artigo 23 (ou criação de uma “Lei de Responsabilidade Educacional”) seria suficiente para estabelecer as “normas nacionais de cooperação vinculantes para a organização dos sistemas de ensino”, concretizando o regime de colaboração, considerado como uma filosofia básica - um conceito, um princípio - que, por isso mesmo, não precisaria ser regulamentado.

Apostando na participação como método de governo, o MEC apresenta uma **Agenda** que vai até dezembro de 2016 para instituir o SNE, sem apresentar que instância a coordenará. O documento não se antecipa em relação às instâncias que terão o papel de implantar o SNE e fazer a sua gestão, como está na proposta da SAE.

O documento da SAE é mais ideológico, traduz mais a visão liberal (não libertadora) na educação, cria novas instâncias de controle, como as “Comissões de Cooperação Federativa”, ignora a evolução recente da educação brasileira. A proposta da SAE tem uma verdadeira obsessão pelo controle; o que não quer dizer que devemos pregar o descontrole, só que a educação é também uma prática da liberdade que devemos cultivar. A insistência da SAE na meritocracia (“classificação do desempenho”), na hierarquização (ideologia das “experiências exitosas”), nos cadastros, na avaliação classificatória e no planejamento tecnocrático. Seu foco principal é a gestão, identificada como um grave problema da educação nacional, apresentando

“inovações” nesse quesito com base na “lógica da eficiência empresarial”, muito coerente com o primeiro documento lançado em abril. Antecipa-se apresentando um Projeto de Lei Complementar.

A SAE aposta na “gestão colaborativa” - não “democrática” - resignificando a gestão da escola e do sistema, concebendo a educação como um fator de produção e propondo uma nova racionalidade. Os diretores passam a ser pensados como “gestores”. Esses gestores deveriam cumprir metas, fiscalizar - e, eventualmente, punir quem não as atinge - oferecendo um bônus para os mais produtivos. A aposta da SAE na criação da “Mobilização Federativa pela Educação” como “instrumento de colaboração e apoio à gestão da educação” - “uma das principais inovações do anteprojeto” - mais parece a institucionalização do “Movimento Todos pela Educação” como parte do Sistema Nacional de Educação. O MEC já dispõe de um instrumento semelhante chamado de “Mobilização Social pela Educação” que poderia ser fortalecido com o projeto da Pátria Educadora.

Devemos entender o documento da SAE dentro de um projeto maior de **desenvolvimento econômico**. A proposta da SAE é coerente com o entendimento da educação como uma estratégia de desenvolvimento e de melhoria da produtividade da economia brasileira.

A SAE não está equivocada quando associa a educação a um projeto de desenvolvimento nacional. Mas, de que desenvolvimento estamos falando? De um desenvolvimento incluyente e sustentável? Também não está equivocada quando apresenta “instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação”. Mas, qual é a lógica que preside essas instâncias? Em que elas dialogam com o instituído e já em funcionamento? São dois pontos que precisam estar na pauta das discussões sobre o SNE.

Para dialogar com a sociedade o governo precisa primeiro dialogar consigo mesmo e ter clareza do que quer com seu projeto de Pátria Educadora. Não sei se ainda foram exploradas todas as suas possibilidades e toda a sua riqueza. É um tema muito amplo. Mas ganhamos mais lucidez e força no diálogo, seja ele intragovernamental, seja ele voltado para a sociedade.

5. Pátria Educadora vai além destas propostas preliminares

Tudo depende de que Pátria Educadora estamos falando. Há quem entenda esse lema, esse convite, como uma proposta de nação onde o mercado é soberano e a educação um instrumento dele. Aqui a perspectiva é outra: colocamos a educação a serviço do seu povo e de um projeto de sociedade na busca da justiça social, econômica e ambiental. Mais do que falar de uma educação *para* o desenvolvimento, precisamos falar da educação *como* desenvolvimento. Ao falar de desenvolvimento, não falamos apenas na dimensão econômica.

Entendemos a importância da educação como impulsionadora do desenvolvimento, mas queremos também que ela se preocupe também com a formação de seres humanos melhores e contribua na construção de um mundo democrático, justo, inclusivo, solidário, em paz e ecologicamente viável. O acesso ao conhecimento é um direito humano fundamental. Não pode ser visto apenas como um valor econômico que torna as pessoas mais produtivas.

Uma das questões centrais desse debate é a **teoria do conhecimento** que embasa essas propostas. A pergunta que precisa ser feita é: para que serve o conhecimento? Não há dúvida que o conhecimento é o maior bem construído pela humanidade, mas nem sempre ele é utilizado a seu favor. Lembramos que os crematórios construídos nos campos de concentração nazistas foram arquitetados por portadores de títulos de doutor. O conhecimento, por si só, não é emancipador. Lembramos aqui os tristes episódios de cinco jovens de Brasília, educados nas melhores escolas, que, em 1997, colocaram fogo e mataram, por pura diversão, o índio Galdino Jesus dos Santos que dormia num abrigo de ponto de ônibus, após participar de manifestações do dia do Índio.

O conhecimento serve para nos conhecer melhor, conhecer nossas circunstâncias, para tomar decisões na vida, para adquirir as habilidades e competências do mundo do trabalho, para tomar parte da vida social, para compreender o passado, o futuro, para se comunicar, para continuar aprendendo, para ser gente, com princípios éticos, solidários, seres humanos comprometidos com o bem comum e não só competir no mercado. Se o conhecimento não serve para melhorar o mundo em que vivemos, então, para que serve?

O filósofo alemão Jürgen Habermas aponta duas concepções do conhecimento: uma teoria

instrumental e uma teoria emancipatória. Na primeira, o conhecimento serve apenas como instrumento para se atingir determinados fins, particularmente para fins econômicos. É apenas um insumo. Por isso aprender é construir competências eficazes para esses fins. A segunda teoria, ao contrário, considera o conhecimento como uma grande riqueza da humanidade, ao qual todos precisam ter acesso para serem sujeitos de sua história, para poderem ler o mundo e transformá-lo num lugar melhor para todos e todas.

Para fazer justiça, devemos começar pelos mais injustiçados na educação: jovens, adultos e idosos, pessoas pobres, negras e de baixa renda, aos quais a Pátria lhes negou os instrumentos mais elementares para o exercício da cidadania. Precisamos “ratificar o compromisso de construir uma escola pós-racista”, como afirmou dia 13 de maio de 2015 o Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro.

A **educação ao longo da vida**, como direito humano, é entendida aqui em seu sentido mais amplo, o de que a educação deve contribuir para o desenvolvimento humano tanto no aspecto pessoal, com autonomia intelectual, quanto para a justiça social. Visto sob a ótica da nossa grande referência que é a **educação popular**, esse conceito - voltado para a participação, para a cidadania, para a autonomia dos cidadãos - engloba o respeito aos direitos humanos, a pedagogia crítica, os movimentos sociais, a comunicação e a cultura popular, a educação de adultos, a educação permanente, a educação não-formal e a educação formal em todos os níveis, a educação ambiental, enfim, a educação integral. Falamos de educação ao longo da vida e não de aprendizagem ao longo da vida porque a educação é mais ampla do que a aprendizagem: a educação implica ensino e aprendizagem e não só aprendizagem.

Precisamos trabalhar, cada vez mais, na articulação dos sistemas de ensino por meio de uma política de colaboração e corresponsabilização diante do nosso grande atraso educacional. Eliminar o analfabetismo no Brasil exigirá grande capilaridade dessa política colaborativa. Pouco adiantará termos mais recursos para a educação como prevê o PNE sem a construção de novas estratégias de superação da atual fragmentação dos sistemas de ensino. O desperdício de recursos continuará.

Os esforços, articulações e cuidados deverão ser proporcionais ao tamanho da ousadia. Mas a causa tem força mobilizadora e podemos, juntos, chegar lá!

5.1. A tarefa de construção coletiva e seus agentes

Vivemos numa sociedade de redes e de movimentos. As redes são estruturas abertas onde novos nós se agregam desde que compartilhem os mesmos códigos, o que significa, os mesmos princípios, valores, ideais. A lógica colaborativa das redes requer o diálogo, articulação de ações.

Quando pensamos em participação, em geral, vem à mente um conjunto de pessoas reunidas num único local. Não exploramos ainda o suficiente o grande potencial de participação possibilitado pelas redes sociais e pelas novas tecnologias, a chamada “**eParticipação**”. Conferências e encontros também podem se realizar em meio virtual. A participação popular se amplia com a disseminação dos meios digitais de comunicação.

Hoje, no Brasil, a participação popular, principalmente dos jovens, está mais vinculada às redes sociais, regidas por grande horizontalidade, sem hierarquias, ainda não inteiramente aproveitada pelas políticas educacionais. A **Internet** está provocando uma profunda transformação nas relações humanas, na forma de acesso à informação, na comunicação, na vida cotidiana e na forma de fazer política.

Conselhos e Conferências tornaram-se decisivos na construção de políticas públicas nos últimos anos. Em 2015 e 2016, vão ser realizadas 16 conferências nacionais, nos três níveis de governo, versando sobre Saúde, Assistência Social, Juventude, Mulheres, entre outros temas. Pensando no **aprofundamento da participação social** como parte do processo de construção de uma Pátria Educadora, este é um espaço importante de diálogo com os movimentos sociais. Nesse ponto, deve-se destacar a Secretaria Geral da Presidência da República como importante ator nesta visão de Pátria Educadora.

Um primeiro trabalho seria adequar a **Política Nacional de Participação Social** a esse novo momento histórico que vivemos de Pátria Educadora. Por exemplo, precisaríamos que os

Conselhos e Conferências fossem mais operativos, além de terem seu “sentido formador” e “prática social” reforçados agora com as palavras da Presidenta. Eles precisam incidir mais no planejamento e no orçamento e terem instrumentos mais eficazes de controle social e de monitoramento das propostas defendidas e aprovadas.

A participação social, para que seja qualificada, precisa de desdobramentos no campo da institucionalização das mudanças propostas. A consulta não é suficiente. A democracia participativa é mais do que consulta política. É mais do que contribuir para formular políticas públicas.

O Estado brasileiro precisa ser mais participativo, precisa respeitar e valorizar mais a Sociedade Civil, precisa escutar mais os movimentos sociais e populares, “escutar mais as ruas”, como afirmou a presidenta Dilma Rousseff diante das manifestações populares do mês de junho de 2013. A única resposta política ao clamor das ruas, da participação popular, é mais democracia participativa, mais inclusão social, mais formação política.

Para Mangabeira Unger, ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, “Brasil, Pátria educadora” não é um slogan. É um “projeto de mudança revolucionária de educação” que só deu certo em outros países quando se conseguiu mobilizar a sociedade: “não foram processos dominados pelos sindicatos de professores, pela burocracia do Ministério da Educação e pelos expertos em Pedagogia, foram processos conduzidos por uma mobilização e uma mística que envolveram toda a sociedade”, sustentou ele numa entrevista à Revista *Fórum* em julho de 2015. E continua: “se os agentes de sempre conduzirem o debate, se tivermos a burocracia estatal, o corporativismo sindical e o confucionismo filosófico das faculdades de Pedagogia aliados para conduzir o debate, podemos ter certeza de que ganhará o lado pior em cada elemento do debate. A única solução é acender as luzes e ampliar o debate, chamar a nação para o debate. Mobilização significa a participação dos que nunca participaram antes”.

As transformações revolucionárias são feitas por pessoas. Concordo com Mangabeira Unger que precisamos de uma mística que envolva toda a sociedade, mas discordo quanto à visão que ele tem do papel do MEC, dos sindicatos e dos pedagogos, nesse processo. Quando falo de mobilização eu incluo principalmente esses agentes, que também precisam mudar para mudar o mundo. Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interdependentes.

Muitos serão os **agentes** que poderão ser incorporados a este projeto de Pátria Educadora. Na linha de uma Pátria Educadora, o MEC precisaria revalorizar seu Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. A SECADI/MEC deverá ter importante papel e ser fortalecida. O papel do Fórum Nacional de Educação (FNE) está garantido como órgão de representação da sociedade. Vários Ministérios e Secretarias devem ser incluídos nesse processo de construção do Brasil como Pátria Educadora. Como não vejo Pátria Educadora sem Educação Popular em Direitos Humanos vejo na Secretaria Nacional de Direitos Humanos um grande ator deste projeto. Destaco ainda a relevância política do Ministério da Cultura na mobilização popular-cultural. A educação deve ser entendida como cultura.

Como sustenta Selvino Heck, assessor especial da Secretaria Geral da Presidência da República, quando, em seu artigo *Educação participação social na Pátria Educadora*, existem muitos “espaços e articulações com o mesmo objetivo no governo federal, como a educação popular em saúde, as diretrizes político-metodológicas e práticas em educação em economia solidária, o Juventude Viva, o Cultura Viva, a educação ambiental, a educação em direitos humanos, os Centros de Referências da educação de jovens e adultos, o ProJovem campo e urbano, o Mais Educação, os Territórios da Cidadania, os Pontos de Cultura, os Telecentros, As Casas da Mulher Brasileira, entre outros”.

Mas, esta ação governamental não substitui o **protagonismo da sociedade** para a construção de uma Pátria Educadora. O que o governo pode fazer é fortalecer os mecanismos de que já dispõe hoje para ouvir a sociedade, como é o caso do “Dialoga Brasil” (www.dialoga.gov.br/). Quando a sociedade tomar a dianteira, o projeto da Pátria Educadora alcançará um novo patamar. Instrumentos o governo tem para para que esse protagonismo se manifeste, como é o caso do *Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil* (Lei 13.019/2014), apesar de sua ambiguidade, que serve de base para as relações de parceria e cooperação entre o poder público e as ONGs, incluindo sindicatos, movimentos sociais,

associações civis sem fins econômicos e outras organizações.

Depois dos ajustes econômicos que penalizaram mais os andares de baixo do que os andares de cima, cobranças justas e necessárias irão aparecer (onde está o programa popular anunciado na campanha), mas isso faz parte da própria educação cidadã e da experiência tensa da democracia.

Ao mercado não interessa a Pátria Educadora. Nossa aposta deve dirigir-se à cidadania. A direita prefere destruir o país a apoiar mudanças sociais. O que está em jogo com a Pátria Educadora não é só um projeto educacional. Muito já foi feito para que os mais pobres pudessem ter acesso a seus direitos fundamentais. Mas ainda somos um país muito injusto que é o contrário de uma Pátria verdadeiramente educadora. Esse projeto precisa ser preservado e defendido. O pragmatismo não pode vencer o sonho.

5.2. A Pátria Educadora na agenda da Presidência e do governo

Eu não tenho trajetória política para assessorar políticos e muito menos para dar conselhos a Presidenta. Minha voz pode ser considerada destoante, ingênua politicamente. Só não desejo ficar indiferente diante do contexto em que vivemos. Não quero que minha voz seja medrosa. Não quero calar minha voz com medo de errar. Se estiver errado, dialogando com outras pessoas, irei aprendendo e corrigindo-me.

O que estou propondo se baseia na fala de própria Presidenta Dilma quando afirma: “devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador”. Isso significa que em todas as ações (inauguração de obras, reuniões com empresários, políticos, religiosos, camponeses, etc) a marca da Pátria Educadora deve estar presente. Se a Pátria Educadora é a “prioridade das prioridades” que cimenta ideologicamente todas as ações do governo, essas ações, inclusive sua comunicação e sua informação ao público, precisam estar impregnadas por essa prioridade.

Para que a proposta da Pátria Educadora seja eficaz, as políticas do governo, como o PRONATEC, o FIES e o PROUNI, por exemplo, deveriam exigir contrapartida do Sistema “S” e das Universidades Privadas que recebem recursos governamentais. Uma **contrapartida** pode ser o seu envolvimento com a formação para a cidadania. E isso não é um despropósito. É lei. A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sustentam que a educação tem por finalidade a formação para o trabalho e para a cidadania. A Pátria Educadora precisa ser de todos e todas.

Para dar consequência ao anunciado pela Presidenta Dilma, deverá existir uma preocupação constante na sua **agenda** envolvendo “todas as ações do governo” e a sua própria. Ela precisa encontrar-se com a Mídia livre, com a Marcha das mulheres, com camponeses, pequenos agricultores, movimentos sociais, populares sindicais etc para **diálogos abertos**, fazer formação política para formar o povo para ele se tornar educador. Não significa que ela se transforme numa conferencista – esse não é seu papel - mas que dialogue com o povo e caminhe junto com ele, sem precisar fazer comícios ou marketing.

O **governo federal** como um todo precisa entrar nessa agenda, falar com o povo, fazer formação política, discutir valores, ética, direitos humanos, ter uma “prática cidadã” e “compromisso ético”, nas palavras da Presidenta. O caminho correto é o esclarecimento. Contra a barbárie não podemos opor outra barbárie. Precisamos opor a razão, o entendimento, o esclarecimento. Não se combate barbárie com outra barbárie. Combate-se a violência com o diálogo, com a civilização, com o face à face, o olho no olho, assumindo erros se for o caso, explicar, disputar um projeto civilizatório nas ruas, na mídia, nas redes sociais, mostrando que temos alternativas para outro mundo possível. Raivosidade se combate com bom humor, com escuta e enfraquecendo os mecanismos de poder de quem espalha o ódio.

A partir desse diálogo, irão nascendo as alternativas políticas, sociais e econômicas. Surgirão em diálogo com o povo (e serão defendidas por ele) e não só em diálogo com os grandes poderes, com os poderosos. A saída está em olhar onde está o oprimido e caminhar com ele. A força está na lucidez e na união. Ninguém tem força sozinho. Ninguém tem razão sozinho.

E não se trata de salvar um governo ou um partido. Trata-se de fazer avançar a concretização de um sonho, de um projeto civilizatório. Não basta fazer uma reforma política. É preciso politizar a nação brasileira, combatendo a formação ideológica do povo pelo consumismo individualista neoliberal. Estamos pagando um preço alto por essa despolitização. Precisamos ir para a ofensiva com novas formas de organização e de formação política. Enquanto temos tempo.

MOACIR GADOTTI

*Presidente de Honra do Instituto Paulo Freire
Professor aposentado da Universidade de São Paulo*

São Paulo, 3 de agosto de 2015